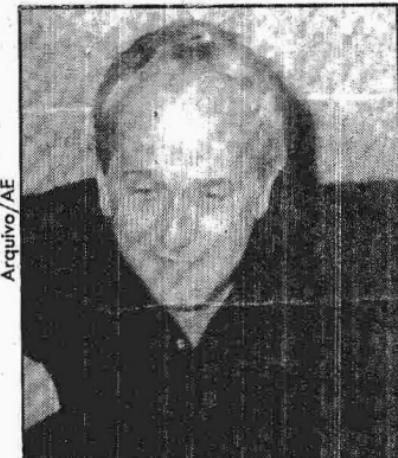


# Missão do FMI chega hoje para discutir acordo de ajuste

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, começa a operacionalizar a sua estratégia para renegociação da dívida externa brasileira, a partir desta semana, com a chegada da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os técnicos do fundo, chefiados por Thomas Reichman, são esperados hoje em Brasília, onde darão início às negociações para assinatura do acordo de ajuste da economia brasileira. A concretização de um entendimento com o FMI é fundamental ao País, porque somente com o aval da instituição, o ministro Marcílio poderá superar os problemas externos, abrindo oportunidades para investimentos estrangeiros no Brasil.

Não foi delimitado um prazo para a conclusão dos trabalhos da missão. A expectativa do ministro, porém, é que se chegue a um entendimento o mais rápido possível. "O Brasil tem pressa", afirma Marcílio quando o assunto é dívida externa. Sem um acordo formal com o fundo, o governo sabe que não prosperam as negociações com organismos multilaterais de crédito, como Banco Mundial (Bird), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o Clube de Paris, que reúne os países credores, ou a liberação de recursos japoneses para financiamento de projetos.

O ministro da Economia recebeu indicações seguras de que o caminho mais rápido para o Brasil superar problemas externos é a conclusão de um acordo com o FMI. Até mesmo autoridades do



Arquivo/AE

Reichman: aval do FMI é fundamental para o Brasil.

governo dos EUA não arriscam um tratamento privilegiado ao Brasil, sem a formalização de um acordo.

Este negociador terá uma árdua missão: vencer obstáculos da postura rígida do Fundo Monetário Internacional. Ao contrário de acordos anteriores, o governo se comprometerá a relacionar medidas que adotará para criar condições à execução das metas de desempenho da economia que serão acordadas.

Nesta primeira fase, o ministro Marcílio quer formalizar um acordo "stand by", possivelmente por 18 meses. Nesse período, as negociações prosseguiriam e o "stand by" seria transformado em um programa de 36 meses, chamado "extended fund facility". Com este acordo de longo prazo, o País se credenciaria aos créditos dos japoneses e a novos investimentos externos no País, porque a estabilização da economia estaria avaliada pelo FMI.

**Beatriz Abreu/AE**